

Parlamentarismo une Collor e Sarney

MARCELO NETTO

BRASÍLIA — Pela primeira vez em muitos meses, o Presidente José Sarney e o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, defenderam ontem posições comuns. Sarney, através de seu Secretário particular, Augusto Marzagão, disse que é contra qualquer casuísmo, como o parlamentarismo ou redução de mandato:

— Seria um desrespeito à Constituição, à sociedade e à democracia. Se o País chegou até aqui dentro de certas regras, elas têm de ser cumpridas — disse Sarney, de acordo com Marzagão.

Collor de Mello denunciou as manobras e articulações em favor da antecipação do plebiscito para o ano que vem como “um golpe, uma estocada profunda nas instituições democráticas”. Collor, que se disse parlamentarista, afirmou que não acredita que o Deputado Ulysses Guimarães tenha defendido a antecipação do plebiscito sobre o parlamentarismo:

— A Constituição tem de ser cumprida. Se em 1993, no plebiscito, a população brasileira optar pelo parlamentarismo, me sentirei muito honrado em fazer esta transição — assinalou o candidato.

Assessores de Collor de Mello também foram duros na crítica à proposta de antecipação do parlamentarismo, diante do provável resultado das urnas no primeiro turno:

— É um grande golpe contra 80 milhões de eleitores que votaram para escolher um Presidente da República em um regime presidencialista — observou o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, Assessor de Imprensa.

Cláudio Humberto foi mais além e disse que é inaceitável qualquer negociação no segundo turno que passe por uma antecipação do plebiscito:

— As negociações para o segundo turno serão programáticas e não em torno de cargos, mas não aceitamos, em hipótese alguma, qualquer discussão em torno de uma possível antecipação do plebiscito.